

---

# A ATUAÇÃO DO PMDB NA CRISE DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF (2015-2016)

---

Leandro Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

## Resumo

O objeto do artigo é a atuação do PMDB na crise política que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2015-2016). Para tanto, analisamos de que forma os principais dirigentes do partido intervieram nas diferentes dimensões de tal processo, como: a-) a crise econômica que afastou parcelas significativas do empresariado do governo Dilma; b-) a crise do regime político que se materializou no conflito entre Executivo e Legislativo; c-) o questionamento dos principais partidos e lideranças políticas no bojo da operação Lava Jato. Dessa forma, elaboramos uma cronologia detalhada dos processos citados e avaliamos os posicionamentos das principais lideranças do PMDB em cada um. Utilizamos publicações da grande imprensa, do próprio PMDB, além de dados sobre o comportamento das bancadas deste partido na Câmara dos deputados e no Senado Federal. Partimos das seguintes hipóteses: 1-) o PMDB, no período de vigência da Constituição de 1988, atuou, prioritariamente, como um partido de patronagem, preconizando a obtenção de verbas e de cargos para seus integrantes em troca do apoio do partido ao governo do momento; 2) na conjuntura de crise do segundo governo Dilma Rousseff, o papel do PMDB se ampliou. Como articulador do *impeachment*, o partido logrou dirigir uma ampla frente política composta por substantiva fração do empresariado, das elites políticas e judiciais do país e da alta classe média que se mobilizou nas ruas pelo impedimento de Dilma.

Palavras-chave: crise política; governo Dilma; impeachment; Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

## 1. INTRODUÇÃO

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) surgiu em um contexto político bastante particular marcado pela consolidação da Ditadura militar e extinção do sistema partidário vigente desde a Constituição de 1946. Inicialmente, aglutinou sobretudo egressos do PTB e, em menor medida, do PSD, e funcionou como um polo amplo e heterogêneo de oposição legislativa ao

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política no IFCH-UNICAMP. Bacharel e mestre em Ciência Política pela mesma instituição. e-mail institucional: [l158102@dac.unicamp.br](mailto:l158102@dac.unicamp.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7782-3625>. Este trabalho é, em parte, resultado de minha dissertação de mestrado intitulada “O PMDB no *impeachment* de Dilma Rousseff (2015-2016): da patronagem à representação orgânica?” defendida em abril de 2022 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e orientada pelo Prof. Dr. Armando Boito Júnior. A pesquisa teve financiamento do CNPq (processo 130763/2019-5).

regime. No decorrer do processo de crise da Ditadura e redemocratização do país, já denominado PMDB por exigência da reforma partidária de 1979, e tendo acolhido em suas fileiras amplas correntes da antiga Arena, partido de sustentação da Ditadura Militar, o partido se fixou como uma agremiação sem um claro projeto nacional, dirigido por lideranças regionais e parlamentares que mobilizavam seu capital político para sustentar diferentes governos e em troca receber dividendos em forma de emendas parlamentares e indicações em diferentes instituições da burocracia de Estado. Contudo, durante a crise do governo Dilma Rousseff (2015-2016), no qual o partido ocupava a vice-presidência da República e o comando das duas casas legislativas, sem abandonar as práticas anteriores, o PMDB alcançou um maior protagonismo na direção do processo de deposição da presidente.

## **2. DO MDB AO PMDB: CONTRADIÇÕES INTERNAS, INDEFINIÇÕES IDEOLÓGICAS E MUDANÇAS NO PADRÃO ELEITORAL**

Sob o ponto de vista ideológico, o MDB se configurou desde o início como uma organização bastante heterogênea, congregando conservadores, liberais, social-democratas e diversas correntes de esquerda. O partido dividia-se entre a corrente mais moderada, que buscava atuar dentro dos limites estabelecidos pelo regime e quase subordinando-se a ele, com a expectativa de que tal postura poderia abrandar as resistências castrenses à redemocratização<sup>2</sup> e, por outro lado, a partir da década de 1970, emergiu uma corrente de deputados mais jovens denominados “autênticos” que defendiam uma oposição mais incisiva (KINZO, 1988; MACIEL, 2014).

No contexto de fechamento do regime político em 1968 – a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 e do quinquênio de elevado crescimento econômico (1968-1973) – o MDB foi fragorosamente derrotado nas eleições legislativas e para os Executivos municipais entre 1966 e 1972. No diapasão da nascente política de distensão<sup>3</sup> e da aniquilação da luta armada, a Ditadura permitiu ao MDB maior liberdade de ação no pleito eleitoral de 1974, por exemplo, maiores

---

<sup>2</sup> É importante assinalar que em diversas cidades e estados o MDB foi formado e dirigido por forças políticas conservadoras que ingressaram no partido apenas por circunstâncias políticas locais. Um caso exemplar é o MDB do Rio de Janeiro, comandado por Chagas Freitas, único emedebista a chegar a um governo estadual enquanto estiveram vigentes as eleições indiretas em âmbito regional. Antigo membro do PSP do ex-governador paulista Adhemar de Barros, Chagas Freitas logrou transferir para o MDB sua extensa máquina política clientelista. Inclusive, grande parte dos “moderados” do MDB era proveniente do Rio de Janeiro (DINIZ, 1982).

<sup>3</sup> A política de distensão “lenta, gradual e segura” foi delineada pela ala militar liderada por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Tal política consistia na adoção de algumas medidas liberalizantes – como o abrandamento da censura prévia aos veículos de comunicação – e uma institucionalização de diversos dispositivos organizacionais do regime que lograsse preparar a saída das Forças Armadas do centro da cena política nacional (CHIRIO, 2012; MATHIAS, 1995).

possibilidades de uso de rádio e televisão. O que acabou revelando-se contraproducente porque o partido alcançou uma vitória política significativa nas cidades mais urbanizadas e industrializadas do país, mormente nas regiões Sudeste e Sul (LAMOUNIER, 1980). Os resultados expressivos reverberavam também uma mudança de discurso das lideranças do MDB: em 1974, pela primeira vez, o partido incluiu com maior densidade em seu discurso questões sociais como o arrocho salarial, a participação demasiada do capital estrangeiro na economia interna e a desigualdade de riqueza e renda (KINZO, 1988. p. 155).

Peter Evans (1979) e Boito e Saes (1979) observam que o MDB, no plano político-parlamentar, buscava defender os interesses do pequeno e médio capital nacional, prejudicado pela política da Ditadura militar que beneficiava fundamentalmente o grande capital monopolista nacional e internacional. Deve-se observar ainda que, entre 1973 e 1974, lideranças do MDB se aproximaram de intelectuais críticos vinculados ao CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Paul Singer. O grupo atuou para que o partido apresentasse um programa coeso a nível nacional no pleito parlamentar de 1974 e que tivesse como centro a crítica do modelo econômico da Ditadura e seus efeitos sociais deletérios (CARDOSO, 2019; SORJ, 2001).

Percebendo a extensão do fenômeno, a Ditadura tomou diversas iniciativas para desfazer ou mitigar seus efeitos: a-) a aprovação da chamada “Lei Falcão” (Lei. 6.339/1976); b-) a criação do “senador biônico” (parlamentar escolhido diretamente pelo regime sem o crivo das urnas) no pacote de abril de 1977; c-) o cancelamento das eleições diretas para os governos estaduais programadas para 1978 e; d-) a reforma partidária de 1979, que encerrou o bipartidarismo e objetivava desconstruir a gelatinosa unidade do MDB. O partido acabou dividido em quatro legendas: o PMDB, o PDT, o PTB e o PP, que acabou posteriormente reintegrando-se ao primeiro<sup>4</sup>. É importante observar que o PP foi fundado por lideranças mais conservadoras do MDB, com destaque para Tancredo Neves. Ademais, surgiu em 1980 o PT, organização que aspirava ser um autêntico partido de classe, representativo dos trabalhadores e organizador de sua luta política (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989).

A partir de 1982, o PMDB, em realinhamento político importante, gradativamente foi se desfigurando da imagem de “partido popular” amealhada desde a eleição de 1974 (LAMOUNIER, 1980) e tornando-se um partido mais conservador, acolhendo diversas correntes políticas partícipes da Ditadura Militar (GUILHERME, 2017; MUCINHATO, 2015; MACIEL, 2014). É exemplar o

---

<sup>4</sup> Rafael Mucinhato (2015) realizou uma detalhada e instrutiva análise deste processo em sua dissertação de mestrado.

caso de José Sarney, antigo presidente do partido da Ditadura, que se converteu em peemedebista para disputar o colégio eleitoral como vice de Tancredo Neves em 1985. A eleição de diversos governadores do PMDB nas eleições diretas de 1982 também foi um fator de mudança importante para o partido porque, diferentemente do período anterior, em que a direção da sigla era basicamente concentrada nos parlamentares, os dirigentes estaduais, com o peso das máquinas dos estados, passaram a construir correntes internas de relevo (KINZO, 1988).

Portanto, nesta década, a política de patronagem<sup>5</sup> progressivamente tornou-se a tônica do partido, em desfavor da luta por um programa político organizado em nível nacional. Tal mudança veio acompanhada de modificações eleitorais significativas. Diferentemente das eleições anteriores, em que seus maiores repositórios de votos foram as grandes cidades com elevado grau de urbanização e industrialização, o eleitorado peemedebista deslocou-se para as cidades pequenas localizadas no interior dos estados e passou a aglutinar um contingente com menor nível de escolaridade (MACIEL, 2014). O evento que demarcou esta mudança foi o processo eleitoral de 1986, marcado pelo que Sadek (1989) chamou de “interiorização” do voto no partido.

Após a vitória de Collor em 1989, o PMDB adotou uma política de relativo afastamento em relação ao Executivo Federal. Não assumiu ministérios e não integrou formalmente a base do governo. Posteriormente, apoiou completamente a deposição presidencial em 1992. O vice de Collor, Itamar Franco, antigo quadro do MDB mineiro, que se filiara ao PRN por conta da campanha presidencial de 1989, refiliado ao PMDB, assumiu a presidência, período no qual o partido voltou a conferir plena sustentação ao governo federal. Tendo registrado desempenhos bastante negativos nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, durante os governos FHC e Lula, em maior ou menor grau e em nível variado de adesão, o PMDB forneceu sustentação parlamentar e auferiu amplos benefícios de tal participação, indicando nomes para os ministérios e o conjunto da administração pública e participando do orçamento federal por meio de recursos, como as emendas parlamentares.

Diferentemente do primeiro mandato de Lula, em que somente parte do partido (lideranças do Senado, como José Sarney, Renan Calheiros e Romero Jucá) apoiou plenamente o governo<sup>6</sup>,

---

<sup>5</sup> Max Weber (1971) caracteriza o partido de patronagem como aquela organização cuja finalidade prioritária é o atendimento de interesses econômicos e sociais dos seus próprios membros.

<sup>6</sup> A maioria dos diretórios do PMDB no Norte e no Nordeste tinha críticas bem menos contundentes à política econômica e social dos governos petistas e foram aliados de Lula desde 2003. O oposto ocorreu com o PMDB do Centro-Sul do país, sobretudo o paulista, que manteve, principalmente após a decadência de Quéricia e a ascensão de Temer, relações mais próximas com o PSDB e integrou-se ao governo apenas no segundo mandato de Lula. Segundo Kinzo (1993, págs. 81 e 82), esta clivagem já estava presente no partido na Constituinte quando o PMDB do Nordeste

durante o segundo mandato o apoio foi integral. Não por acaso, o reticente Michel Temer, liderança historicamente mais próxima ao PSDB, assumiu em acordo com o governo a presidência da Câmara dos Deputados em 2009 e foi indicado para ser vice na chapa governista no pleito de 2010, representando a inédita coalizão formal entre PMDB e PT para a eleição presidencial.

### **3. AS MÚLTIPLAS CRISES DO GOVERNO DILMA: OFENSIVA DA OPERAÇÃO LAVA JATO, CONFLITOS NA COALIZÃO GOVERNAMENTAL E INSATISFAÇÃO EMPRESARIAL**

Desde a posse de Dilma Rousseff em seu segundo mandato, transcorreu-se uma crise política de diversas facetas. Aqui analisaremos esse processo a partir de três aspectos fundamentais: a-) o desenvolvimento da operação Lava Jato e seus efeitos no desgaste do governo e na erosão da base parlamentar; b-) os conflitos existentes entre PT e PMDB; c-) a crescente insatisfação de amplas camadas do empresariado com a política econômica então delineada. A Lava Jato ameaçou importantes lideranças e partidos do sistema político brasileiro, mormente o PMDB, o PP e o PT, e foi fundamental para que os parlamentares até então partícipes da base do governo optassem pelo impedimento de Rousseff (LIMONGI, 2017). Sobre o segundo aspecto, note-se que a aliança entre PT e PMDB vinha se encaminhando de forma mais instável desde 2013. O pano de fundo do início da crise foi a retirada de indicados do PMDB de diferentes posições na burocracia estatal e a tentativa do governo de reduzir o peso do partido na coalizão (LIMONGI, 2017; SINGER, 2018).

A respeito do terceiro aspecto, assinala-se que, a partir de 2013, diferentes frações do empresariado apresentaram insatisfações com o governo, sobretudo por conta da política econômica adotada no primeiro mandato de Dilma, que se caracterizou, dentre outras, pela redução da taxa básica de juros, barateamento do crédito por meio de pressão exercida pelo Executivo para que os bancos privados diminuíssem seus *spreads* e o uso mais intensivo da política de financiamento subsidiado do BNDES para grandes empresas de capital predominantemente nacional. As medidas evidentemente desagradaram o setor bancário e financeiro e não teve o condão de manter o apoio consistente dos industriais por diversas razões, como o baixo crescimento da economia, a queda das taxas de lucro e o aumento do custo da força de trabalho derivada da política de valorização real do

---

apresentava posições econômicas e sociais mais à esquerda do que a média geral do partido. A autora salienta ainda que o PMDB do Sudeste era o que sustentava com menor ênfase políticas nacionalistas na seara econômica.

salário-mínimo e elevação das greves (BASTOS, 2017; BOITO, 2018; CARVALHO, 2018; SINGER, 2018).

#### 4. O PMDB E AS CRISES DO GOVERNO DILMA

Como pontuamos acima, as raízes da crise de 2015 e 2016 entre o Executivo dirigido por Dilma Rousseff e o PMDB estavam presentes desde 2013. Nesse período, Singer (2018, p. 185) defende que a presidente adotou um *ensaio republicano*, que se caracterizava pela construção de mecanismos de combate à apropriação dos bens públicos pelos partidos de patronagem e seus aliados, sobretudo o PMDB. Corroborando a análise de Singer, Limongi (2017) pondera que a presidente bloqueou indicações de lideranças do PMDB, como o deputado Eduardo Cunha, e de demais partidos da base governista para importantes empresas estatais. Entendemos que, sob o invólucro do republicanism, o governo buscou operar um realinhamento partidário, cujo objetivo central era enfraquecer o peso do PMDB na coalizão. Assevere-se que em 2010 o PMDB elegeu uma bancada na Câmara de 79 deputados, sendo a sigla com maior número de empresários (45 ao todo, 39 urbanos e 6 rurais). A bancada do partido encolheu, se comparado com o pleito de 2006, ocasião em que a legenda somou 90 eleitos. No Senado, o PMDB manteve a maior bancada (21 senadores, dos quais 8 eram empresários)<sup>7</sup>.

No primeiro ano de mandato, após denúncias de desvios, a presidente demitiu os ministros Pedro Novais e Wagner Rossi, respectivamente aliados de Sarney, então presidente do Senado, e Michel Temer, vice-presidente. No contexto do que a imprensa denominou “faxina ética”, outros ministros indicados por partidos da base como PP, PR e mesmo do PT foram demitidos após denúncias de corrupção. O mesmo processo se deu no comando de empresas estatais como Eletrobras e Furnas. Na Petrobras, em 2012, a presidente nomeou uma técnica de carreira, Graça Foster, para a presidência da estatal e substituiu todos os diretores que anos depois seriam implicados na operação Lava Jato. Como resultado, a bancada do PMDB na Câmara apoiou a criação de uma CPI sobre a Petrobras no ano seguinte. No ano de 2014, o PMDB, incluindo a bancada do Senado, atuando junto com a oposição, aprovou a abertura da CPMI da Petrobras (SINGER, 2018. págs. 186-193).

---

<sup>7</sup> Os dados aqui mencionados foram coletados no documento “Radiografia do Novo Congresso – 2011-2015” elaborado pelo DIAP (2015).

Em 2013, Henrique Eduardo Alves assumiu a presidência da Câmara e Eduardo Cunha o sucedeu na liderança do PMDB. A presença de dois aliados de Temer em posições-chave no Parlamento conferiu maior solidez ao grupo que se opunha ao governo no interior da coalizão (SINGER, 2018. págs. 190 e 191). Aglutinando as insatisfações na base aliada da Câmara, Cunha, então líder do PMDB, formalizou, no início de 2014, um bloco parlamentar independente que contava, além do próprio PMDB, com PP, PROS, PR, PTB, PSC e SD. Já no início de 2014, Cunha defendia o fim da aliança com o PT e, em junho daquele ano, a Convenção interna do partido deliberou a continuidade da coalizão com uma margem bastante estreita: 59% contra 41% (PASSARINHO, 2014).

Segundo dados agregados por Limongi (2015), a taxa de apoio do PMDB às medidas do Executivo girou em torno de 80% na primeira década de governos petistas. O percentual inicia sua queda em 2012 e, a partir de fevereiro de 2013, ficou em uma média de 60%. Um último aspecto importante dessa conjuntura foi a tentativa do governo de criar uma base governista alternativa ao PMDB. Neste intento, o governo federal acolheu o PSD, partido criado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na coalizão e incentivou o crescimento legislativo da sigla. A situação gerou enorme desgaste com as lideranças do PMDB, que temia perder seu espaço de interlocutor preferencial dos partidos da base e receptáculo mais importante dos recursos e cargos públicos (ALMEIDA, 2016).

Na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015, a Executiva Nacional do PMDB apoiou os candidatos Eduardo Cunha e Renan Calheiros para as respectivas presidências da Câmara e do Senado. Ambos enfrentavam desgastes com a possibilidade de serem investigados na Lava Jato. O gesto do PMDB foi feito em mais um momento de tensão com o Executivo. Ressalte-se que o partido ficara insatisfeito com a nova composição ministerial, pois não havia garantia de “porteira fechada” nos ministérios, o que, no jargão político, significa que havia o risco de não poder indicar os cargos de segundo escalão (MASCARENHAS, 2015; BRAGON, FALCÃO e GUERREIRO, 2015). Na eleição da Câmara, o PMDB formalizou a maior coalização da eleição com quatorze partidos e, contando com amplo apoio na base do governo, Cunha foi eleito em primeiro turno com 267 votos contra 136 de Arlindo Chinaglia (PT) (FALCÃO e TALENTO, 2015). Na legislatura eleita em 2015<sup>8</sup>, o PMDB manteve a maior bancada do Senado em 2015. Na Câmara, o partido elegeu menos deputados (65 contra 79 de 2010). As bancadas do PMDB no Congresso Nacional eram hegemônicas por empresários e profissionais liberais, com

---

<sup>8</sup> Os dados aqui apresentados foram coligidos pelo DIAP no documento “Radiografia do novo Congresso: 2015-2019”.

presença diminuta de assalariados. Além Disso, o partido era a sigla com maior presença na bancada ruralista e com participação importante, embora não-majoritária, na bancada evangélica.

No comando da Câmara, em composição com a oposição, Eduardo Cunha colocou em tramitação o projeto de emenda constitucional 171/1993, que diminuía a maioria penal para 16 anos de idade, acelerou a tramitação da PEC 88/2015, que aumentava a idade máxima de aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal para 75 anos – que ficou conhecida como “PEC da bengala” –, tirando assim a possibilidade de Dilma indicar cinco ministros para o Supremo, e, representando os interesses empresariais, apressou a tramitação do PL 4.330/04 que liberava a terceirização para as atividades-fim (BRAGON, CUCOLO e FALCÃO, 2015; FALCÃO e TALENTO, 2015b; FALCÃO e TALENTO, 2015c). Nesse período, Cunha, como já vinha fazendo desde a formação do “blocão”, construiu uma relação de representação política com o chamado baixo clero da Câmara. Atendendo ao pleito destes partidos, garantiu que os novos deputados tivessem direito ao montante de R\$ 10 milhões em emendas e patrocinou a aprovação da PEC do “orçamento impositivo” (358/2013), que dificultava a ação do Executivo no sentido de condicionar a liberação das emendas ao comportamento das bancadas nas votações (BRAGON e FALCÃO, 2015).

Enquanto a Câmara trabalhava em ritmo oposicionista, a situação no Senado era mais estável para o governo. Contando com a presidência daquela casa para bloquear a agenda oposicionista de Cunha, a situação alterou-se quando Renan Calheiros, assim como Eduardo Cunha, foi incluído entre as autoridades com foro de prerrogativa de função que tiveram pedido de inquérito no Supremo no âmbito da Lava jato<sup>9</sup>. Ambos mobilizaram a estratégia de culpar o governo, que teria agido em conluio com a PGR, para atingi-los e transferir a crise do Executivo para o Legislativo (NERY e SADI, 2015; NOGUEIRA, 2015; SADI, 2015). Nesse contexto, a presidente Dilma convocou Michel Temer para a articulação política (BOGHOSSIAN, CRUZ e HAUBERT, 2015). Defensor do ajuste fiscal, o vice-presidente apresentou-se como uma liderança capaz de estabilizar a situação no Congresso e simultaneamente aprovar as pautas econômicas de interesse empresarial. A partir da atuação do vice, o governo conseguiu aprovar importantes medidas provisórias de ajuste fiscal, como a 664/2014 e a 665/2014.

---

<sup>9</sup> Gerando significativo impacto político, a Procuradoria-Geral da República enviou em 03/03/2015 28 pedidos de abertura de inquérito para o Supremo Tribunal Federal referentes a 54 políticos que tinham prerrogativa especial de foro por função citados na Lava Jato. Consultar: (Chegam ao STF 28 pedidos para investigar 54 pessoas envolvidas na Lava Jato. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015; MOTTA, 2015).

Após as manifestações oposicionistas de março e abril de 2015, o MBL buscou angariar apoios no Legislativo para o *impeachment* de Dilma. Contudo, Aécio Neves, então presidente do PSDB, avaliou que aquele contexto não era adequado para a entrega do pedido e frustrou os manifestantes, que acabaram recebidos no Congresso por deputados de oposição e pelo presidente da Câmara (BRAGON, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO<sup>10</sup>; HAUBERT e SADI, 2015; LIMA, 2015; NERY e SEABRA, 2015). Limongi (2015) observa que, dali em diante, as pressões e expectativas do movimento em relação à deflagração da abertura do processo vincularam-se mais a Cunha do que ao PSDB. Ainda sob pressão da Lava Jato, Cunha anunciou rompimento oficial com o governo após o delator Júlio Camargo ter declarado aos investigadores ter pago US\$ 5 milhões ao deputado em propinas em troca do auxílio do parlamentar em contratações de navios-sonda na Petrobras (HAUBERT, 2015; MEGALE e ROCHA, 2015).

Durante o segundo semestre de 2015, ofensiva contra o Executivo no Legislativo se intensificava. De forma simultânea, crescia a insatisfação de diferentes frações empresariais, seja com a dificuldade de implementar o ajuste fiscal de forma coesa e rápida ou pela forte deterioração do quadro econômico<sup>11</sup>. Exatamente neste contexto, o vice-presidente Temer deu sua primeira declaração pública sinalizando implicitamente que poderia assumir a presidência com o agravamento da situação política. Em entrevista de significativa repercussão, o vice advertiu que o Brasil precisava de alguém que tivesse a “capacidade de reunificar a todos” (ÁLVARES e BRAGON, 2015; DIAS, 2015). A manifestação do vice-presidente foi publicamente apoiada pela Fiesp e Firjan. A partir deste episódio, Temer aumentou significativamente a interlocução pública com diferentes frações empresariais internas (com especial destaque para o capital industrial e comercial do estado de São Paulo) e, após abandonar oficialmente a articulação política em 24 de agosto de 2015, seguiu fazendo declarações críticas ao governo Dilma (G1, 2015<sup>12</sup>; LIMA, 2015b; NERY, 2015). Contudo, também no mês de agosto de 2015, o governo Dilma recebeu apoio público de uma parcela empresarial importante<sup>13</sup>. A declaração do senador Aloysio Nunes (PSDB-

<sup>10</sup> Líderes de atos cobram mais firmeza da oposição. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015.

<sup>11</sup> Confirmando a mudança na política econômica no segundo mandato de Dilma, o BC reforçou a postura de aumento de juros elevando a taxa em cinco reuniões consecutivas. A Selic, em termos nominais, passou de 11,75% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015, mantendo esse patamar até a consecução do *impeachment*. Nesse contexto, os investimentos privados declinaram de 11,6% no primeiro trimestre de 2015 e de 13,9 % no acumulado do ano (CARVALHO, 2018. p. 98). Além disso, a mudança na política monetária aumentou o dispêndio financeiro com o serviço da dívida pública (POCHMANN, 2015. págs. 07-08).

<sup>12</sup> FIRJAN e FIESP divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de agosto de 2015

<sup>13</sup> Enquanto parcela da fração industrial do capital interno passava a um tom mais contundente de crítica ao governo – especialmente a Fiesp – dirigentes do setor financeiro, como Luiz Carlos Trabuco, então presidente do Bradesco, e Roberto Setúbal, do Itaú, defenderam de forma explícita a manutenção do governo Dilma, a estabilidade política e

SP) em 17 de agosto foi sintomática nesse sentido: argumentou Nunes que o PMDB só não havia desembarcado ainda em bloco do governo porque diversos setores empresariais ainda não defendiam o impedimento de Dilma (HAUBERT, 2015b).

No plano parlamentar, o recuo do Congresso Nacional e de correntes do PMDB expressou-se na formulação de uma plataforma econômica denominada *Agenda Brasil*, cujo objetivo declarado era preparar as condições para a retomada do crescimento econômico por meio de um amplo conjunto de medidas que balizavam-se sob dois vértices fundamentais: o ajuste fiscal por meio de cortes no orçamento da União sem o aumento de tributação e aceleração de projetos de infraestrutura por meio de concessões mais benéficas e simplificação de processos de licenciamento, inclusive o ambiental. O projeto não teve adesão de Cunha, o que seria vital para a aprovação no Congresso, e, dada a amplitude das medidas e seu caráter genérico, acabou não sendo reivindicada por nenhuma fração empresarial específica, diferentemente do programa *Uma ponte para o futuro*, lançado posteriormente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015<sup>14</sup>; SENADO FEDERAL, 2015<sup>15</sup>; URIBE, 2015; URIBE, 2015b).

É importante pontuar algumas diferenças entre a *Agenda* e a *Ponte para o futuro*. A primeira representava um arranjo político que mantinha Dilma na presidência e não foi capaz de unificar os interesses empresariais como o documento lançado posteriormente. Apesar da defesa de evidentes medidas de caráter liberal, a *Agenda Brasil* não propugnava uma reformulação estrutural e ampla a respeito das questões previdenciária e trabalhista, além de não se comprometer com uma legislação de teto de gastos (COUTINHO JR. e OLIVEIRA, 2015; HAUBERT, 2015c). As entidades representativas do capital internacional e frações empresariais internas a ele atreladas que haviam tomado a iniciativa para desestabilizar o governo Dilma (BOITO, 2018) não se viram representadas no documento e não se mobilizaram por sua tramitação.

Após comprometer-se com a parcela empresarial que a sustentara no cargo a prosseguir a política de ajuste fiscal sem aumento de impostos, o governo criou instabilidade com tais frações ainda no final de agosto e início de setembro de 2015 com a possibilidade de recriação da CPMF e a apresentação de uma peça orçamentária com previsão de déficit de R\$ 30,5 bilhões. O orçamento deficitário gerou insatisfação em entidades representativas do capital financeiro internacional, o que ficou demonstrado pelo rebaixamento da nota de crédito do país pela agência de classificação de

---

criticaram o papel que a Câmara dirigida por Cunha vinha exercendo para atravancar o andamento do ajuste fiscal (PERRIN, 2020; SINGER, 2018; VALLE, 2019).

<sup>14</sup> Pacote do PMDB ganha novas propostas. Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2015.

<sup>15</sup> A “Agenda Brasil”, sugerida por Renan Calheiros. Sítio eletrônico do Senado Federal, 10 de agosto de 2015

risco *Standard & Poor's* em 09 de setembro (ALMEIDA, 2016; SINGER, 2018). Entidades representativas do capital industrial e outros setores da economia interna se posicionaram publicamente contra a possível recriação do imposto, com destaque para a FIESP, a CNI e a Fecomercio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015<sup>16</sup>; FREITAS, 2015). Nos interessa aqui de que forma as principais lideranças do PMDB se comportaram nesse contexto: aprofundando a interlocução que já ocorria com maior intensidade desde o início de agosto, lideranças do PMDB, especificamente Michel Temer, Renan Calheiros e Eduardo Cunha, fizeram críticas contundentes ao retorno da CPMF e vocalizaram firmemente os interesses do empresariado industrial interno neste tópico (ÁLVARES, 2015; BRITO, 2015; FERREIRA e LIMA, 2015; FRIEDLANDER, LANDIM e LIMA, 2015).

Desde a saída de Temer da articulação política em agosto, verificou-se um menor comprometimento da bancada do PMDB na Câmara com o programa de ajuste fiscal do governo Dilma. Neste cenário, a presidente buscou se aproximar da bancada do PMDB na Câmara, liderada pelo deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), para que os parlamentares indicassem nomes para a reforma ministerial como forma de reaglutinar a base nas votações de interesse do Executivo. Denotando o afastamento da direção do PMDB em relação ao Executivo, Cunha, Calheiros e Temer rechaçaram publicamente a oferta de indicações para cargos, fortalecendo a tese de que o partido deveria seguir caminho próprio. Não por acaso, em programa partidário em cadeia nacional de rádio e TV no final de setembro de 2015, o PMDB levou ao ar uma peça de forte tom oposicionista, que apregoava mudanças na política e na qual Temer advertia sobre a necessidade de “reunificar os sonhos” (ÁLVARES, 2015b; ÁLVARES, BRAGON e HAUBERT, 2015; ARAGÃO, 2015; CRUZ, 2015; CRUZ e DIAS, 2015; CRUZ, NERY e URIBE, 2015).

Nesse contexto, Dilma anunciou em 02 de outubro o redesenho do Ministério. Na nova configuração, o PMDB ampliou seu número de pastas de 6 para 7; o PT passou de 13 para 9; PDT, PSD, PP, PR, PTB, PCdoB e PRB mantiveram apenas uma. As principais mudanças foram o deslocamento de Jaques Wagner da Defesa para a Casa-Civil, o que atendia antigo pleito do PMDB e de Lula que demandavam há meses a substituição de Aloizio Mercadante; e a nomeação de nomes apontados pela liderança do PMDB na Câmara, como os deputados Celso Pansera (PMDB-RJ) e Marcelo Castro (PMDB-PI), respectivamente para os ministérios de Ciência e Tecnologia e Saúde. Permaneceram nomes ligados ao vice-presidente como Eliseu Padilha (Aviação Civil) e Henrique Eduardo Alves (Turismo). Ademais, Helder Barbalho (Portos) e Eduardo Braga (Minas e Energia),

---

<sup>16</sup> Empresários e políticos se opõem à recriação da CPMF. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015.

ligados aos senadores Jader Barbalho e Renan Calheiros, também seguiram no Ministério. Por fim, Kátia Abreu, também senadora pelo PMDB do Tocantins, prosseguiu na pasta da Agricultura, contudo, não sendo um quadro orgânico do PMDB, era identificada pelo partido como uma escolha pessoal de Dilma; assim, desvinculada das lideranças e correntes do partido (ALMEIDA, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO<sup>17</sup>).

Deve-se registrar que o conjunto do PMDB não foi contemplado pela reforma ministerial e parcela do partido seguiu na oposição. A despeito do diálogo fortuito do Executivo com os líderes parlamentares Eunício Oliveira e Leonardo Picciani, a cisão, sobretudo na Câmara, manteve-se (HAUBERT e SEABRA, 2015). Na ocasião, aproximadamente um terço da bancada de 66 deputados publicou um manifesto em que condenava a “barganha por cargos” e advertia que a presidente Dilma conduzia o país de forma “errática” e “desacreditada”. Examinando cuidadosamente os nomes presentes no texto, é possível observar que, naquele período, os deputados que defendiam abertamente a deposição de Dilma no partido eram, fundamentalmente, oriundos dos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, particularmente esta última (ÁLVARES e BRAGON, 2015b). A reforma não surtiu o efeito político esperado nas relações com a Câmara e demandas do Executivo seguiram estagnadas no âmbito parlamentar (ÁLVARES, 2015c; URIBE, 2015c).

Por sua vez, Eduardo Cunha mantinha a interlocução com a oposição, que havia formalizado no mês anterior a frente parlamentar pelo *impeachment*. Discutia-se uma possível estratégia de recebimento do pedido em que Cunha recusaria a abertura do processo e, em jogo combinado, a oposição recorreria contra a decisão e levaria a questão ao conjunto dos deputados; dessa forma, buscando aumentar a legitimidade do processo. A reprovação por unanimidade das contas do governo Dilma de 2014 pelo TCU em 07 de outubro deu importante fôlego aos grupos favoráveis ao impedimento da presidente, todavia, Cunha advertia seguidamente sobre a necessidade de apresentação de um pedido que contivesse acusações de crimes de responsabilidade cometidos no ano de 2015. Este foi exatamente o argumento presente no pedido apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Pascoal e Miguel Reale Jr. apresentado em 21 de outubro e que seria aceito por Cunha posteriormente (CARDOSO, 2015; RICHTER, 2015).

Um fato elementar do período é que o Ministério Público suíço compartilhou com seu congênere brasileiro documentos que atestavam as contas não-declaradas do presidente da Câmara no exterior. A partir de tais documentos, o procurador Rodrigo Janot ofereceu nova denúncia contra

---

<sup>17</sup> Dilma anuncia corte de 8 ministérios e redução de salário dos ministros. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015.

Cunha por corrupção e lavagem de dinheiro, aceita em 15 de outubro pelo ministro Teori Zavascki do STF. Ademais, Rede e PSOL entraram com processo contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro, dado que o parlamentar havia afirmado não possuir contas no exterior na CPI da Petrobras em março. Tais ocorrências colocaram Cunha em uma posição de defensiva, o que o fez recuar durante a segunda metade do mês de outubro e o mês de novembro nas discussões sobre a abertura do processo de impedimento contra Dilma e abriu alguma possibilidade de negociação entre o Executivo e o presidente da Câmara depois de meses de beligerância (BRAGON, 2015b).

Com a situação em compasso de espera e incerteza sobre o cenário político e econômico, a corrente de Michel Temer no PMDB, dirigida por Moreira Franco, então presidente da Fundação Ulysses Guimarães, deu mais um passo no lançamento da “candidatura” de Temer à presidência com o lançamento do programa *Uma ponte para o Futuro* de forte viés liberal em 29 de outubro de 2015. O documento foi uma forma de granjear o apoio de diversas frações empresariais internacionais para uma possível sucessão de Dilma sem perder as forças que vinham sendo acumuladas com as entidades representativas do capital interno, como a Fiesp e a Firjan. Nesse sentido, o texto silenciou sobre temas que não eram consenso no âmbito empresarial e concentrou-se em questões que unificavam as diferentes frações como as reformas previdenciária e trabalhista. Ou seja, há um realinhamento importante na plataforma. Enquanto o ajuste de Dilma intervinha prioritariamente na política fiscal e aventava com aumento de impostos<sup>18</sup>, o programa lançado pelo PMDB, sob os auspícios de Temer, diferentemente do gradualismo de Dilma, balizava o ajuste em alterações estruturais do texto constitucional de 1988 e não incluía o aumento ou recriação de tributos. Lastreado por este programa, o PMDB, por meio do *impeachment* aprovado definitivamente em agosto de 2016, chegou ao topo do Executivo Federal, o que a sigla não havia logrado nas décadas precedentes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>18</sup> A política de ajuste fiscal do governo Dilma encontrou resistências em diversas frações empresariais. No primeiro semestre de 2015, o maior grau de insatisfação vinha fundamentalmente do capital industrial interno, afinal, para atingir a meta de superávit primário propugnada pelo ministro Levy, o governo defendeu a reversão de parte da política de desonerações. O ministro chegou a declarar em fevereiro daquele ano: “Essa brincadeira (desoneração da folha) nos custa R\$ 25 bilhões por ano, e vários estudos nos mostram que isso não tem protegido o emprego. Tem que saber ajustar quando não está dando resultado. Não deu os resultados que se imaginava e se mostrou extremamente caro. A gente não está eliminando. Está reduzindo (o benefício)”. No segundo semestre, a principal querela entre significativa parcela do capital interno e o governo era em torno do aumento de impostos, sobretudo a CPMF (MARTELLO, 2015).

Afere-se do texto apresentado um padrão de atuação das principais lideranças do PMDB no decorrer da crise do governo Dilma Rousseff. Defendendo seus interesses como políticos profissionais, tais lideranças se opuseram ao reposicionamento do partido na coalizão em espaço de menor protagonismo e posteriormente contra o avanço da operação Lava Jato, adotando, neste ínterim, um papel reativo. Tal atuação ensejou a instabilidade da relação do Executivo com o Legislativo no período. Por fim, tais lideranças, buscando bases sociais mais consistentes para seu rompimento com o governo, apoiaram-se em diferentes setores empresariais, o que foi decisivo para que a sigla pudesse se colocar em condições de dirigir o Executivo com a deposição de Dilma. Depreende-se daí que a atuação das lideranças não tem um encadeamento unívoco e interage de forma diversa com variados aspectos da conjuntura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Contemporânea, número especial, p. 01 – 63, 2017.

BOITO, Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Editora Unesp, 2018.

CARVALHO, Laura. A valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUILHERME, Cássio Augusto. Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). Revista Eletrônica Espaço acadêmico (Online), v. 17, n. 197, p. 88 – 101, 2017.

KECK, Margaret. PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva. Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). 1. ed. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970 – 1979, 1980.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. Novos Estudos. Cebrap, Especial, p. 05 – 13, jun. 2017.

\_\_\_\_\_. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 103, p. 99 – 112, 2015.

MACIEL, Natalia. Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MENEGUELLO, Rachel. PT: A formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982”. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERRIN, Fernanda. O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados (online), v. 29, p. 07 – 19, 2015.

SADEK, Maria Tereza. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). Eleições/1986. São Paulo: Vértice, 1989.

SINGER, André. O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. São Paulo: Zahar, 2001. p. 41 – 62.

VALLE, André Flores Penha. Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas – SP, 2019.

WEBER, Max. Classe, “Status”, Partido. In: Bertelli, Antônio; Palmeira, Moacir & Velho, Otávio. Estrutura de Classes e Estratificação Social. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 61 – 83

### **Fontes Primárias (jornais, revistas, artigos jornalísticos, leis, documentários partidários e de entidades patronais)**

A “Agenda Brasil”, sugerida por Renan Calheiros. Sítio eletrônico do Senado Federal, 10 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>>. Acesso em: 31/07/2022.

ÁLVARES, Débora. Para Cunha, governo se “autodestrói” propondo aumento de impostos. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1679533-para-cunha-governo-se-autodestroi-propondo-aumento-de-impostos.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

\_\_\_\_\_. Cunha torce para que PMDB e governo não cheguem a acordo sobre cargos. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686186-cunha-torce-para-que-pmdb-e-governo-nao-cheguem-a-acordo-sobre-cargos.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

\_\_\_\_\_. Cunha diz não ver chances de CPMF passar no Congresso. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2015c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1694145-cunha-diz-nao-ver-chances-de-cpmf-passar-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

\_\_\_\_\_; BRAGON, Ranier. Em reunião, governo tenta se articular para evitar ser atropelado por Cunha. Folha de São Paulo, 03 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664117-em-reuniao-governo-tenta-se-articular-para-evitar-ser-atropelado-por-cunha.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_; BRAGON, Ranier. Um terço dos deputados do PMDB assina manifesto contra Dilma. Folha de São Paulo, 01 de outubro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688943-um-terco-dos-deputados-do-pmdb-assina-manifesto-contradilma.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

\_\_\_\_\_; BRAGON, Ranier; HAUBERT, Mariana. Congresso encerra sessão sem analisar veto de Dilma a reajuste do Judiciário. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1685253-congresso-encerra-sessao-sem-analisar-veto-de-dilma-a-reajuste-do-judiciario.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

ARAGÃO, Alexandre. Em propaganda na TV, PMDB diz que sociedade cansou de “pagar a conta”. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 2015. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686226-em-propaganda-na-tv-pmdb-diz-que-sociedade-cansou-de-pagar-a-conta.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

BOITO, Armando; SAES, Décio. Três teses equivocadas a respeito de quem controla o Estado brasileiro. *semanário Movimento*, São Paulo, v. 198, 16. abr. 1979>. Acesso em: 02/08/2022.

BRAGON, Ranier. Bancada do PSDB insiste em pedido de impeachment. *Folha de São Paulo*, 25 de abril de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/217204-bancada-do-psdb-insiste-em-pedido-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_. Com apoio de metade do PT, PSOL e Rede pedem cassação de Cunha. *Folha de São Paulo*, 13 de outubro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693434-com-apoio-de-metade-do-pt-psol-e-rede-pedem-cassacao-de-cunha.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

\_\_\_\_\_; CUCOLO, Eduardo; FALCÃO, Márcio. Câmara aprova terceirização para todas as atividades de empresas. *Folha de São Paulo*, 08 de abril de 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1614118-camara-aprova-terceirizacao-para-todas-as-atividades-de-empresas.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_; FALCÃO, Márcio. Liberação de verba para congressistas será obrigatória. *Folha de São Paulo*, 11 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207851-liberacao-de-verba-para-congressistas-sera-obrigatoria.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_; FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela. Medo de investigação faz PMDB dar apoio tímido a candidatos. *Folha de São Paulo*, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1575369-medo-de-investigacao-faz-pmdb-dar-apoio-timido-a-candidatos.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

BRITO, Ricardo. Renan Calheiros diz ser contra eventual retorno da CPMF. Revista Exame, 27 de agosto de 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/renan-calheiros-diz-ser-contra-eventual-retorno-da-cpmf/>>. Acesso em: 01/08/2022.

CARDOSO, Daiene. PSOL e REDE denunciam Cunha no Conselho de Ética. O Estado de São Paulo, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-e-denunciado-no-conselho-de-etica-da-camara,1778915>>. Acesso em: 02/08/2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. FHC conta como Cebrap o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura. Folha de São Paulo, 12 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/fhc-counta-como-cebrap-o-aproximou-de-ulysses-e-lula-na-ditadura.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

Chegam ao STF 28 pedidos para investigar 54 pessoas envolvidas na Lava Jato. Folha de São Paulo, 04 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597719-vinte-e-oito-pedidos-de-investigacao-chegam-ao-stf.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

COUTINHO JR, José; OLIVEIRA, Wallace. Movimentos populares afirmam que “Agenda Brasil” será “desastrosa para o país”. Sítio eletrônico do MST, 13 de agosto de 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/08/13/movimentos-populares-afirmam-que-agenda-brasil-sera-desastrosa-para-o-pais/>>. Acesso em: 31/07/2022.

CRUZ, Valdo. Aliados querem que Dilma adie reforma e evite atritos. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/233812-aliados-querem-que-dilma-adi-reforma-e-evite-atritos.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

\_\_\_\_\_ ; DIAS, Marina. PMDB evitar indicar nomes para nova equipe de Dilma. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1684417-temer-diz-a-dilma-que-nao-fara-indicacoes-para-novo-ministerio.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

\_\_\_\_\_ ; NERY, Natuza; URIBE, Gustavo. Dilma promete cinco pastas ao PMDB para reagir à crise. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1685714-dilma-promete-5-pastas-ao-pmdb-para-reagir-a-crise.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

DIAS, Marina. Temer cobra “responsabilidade” de aliados e diz que “momento é grave”. Folha de São Paulo 05 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664725-temer-cobra-responsabilidade-de-senadores-e-diz-que-momento-e-grave.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

Dilma anuncia corte de 8 ministérios e redução de salário dos ministros. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689347-dilma-anuncia-corte-de-8-ministerios-e-reducao-de-salario-dos-ministros.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

Empresários e políticos se opõem à recriação da CPMF. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/231065-empresarios-e-politicos-se-opoem-a-recriacao-da-cpmf.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

FALCÃO, Márcio; TALENTO, Aguirre. PT fica com comissão de destaque na Câmara; cotado é alvo de inquérito. Folha de São Paulo, 03 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1597674-pt-fica-com-comissao-de-destaque-na-camara-cotado-e-alvo-de-inquerito.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; TALENTO, Aguirre. Presidente da Câmara quer votar até março punição mais grave a menores. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1594706-presidente-da-camara-quer-votar-ate-marco-punicao-mais-grave-a-menores.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; TALENTO, Aguirre. Câmara avança com proposta que diminui indicações de Dilma ao STF, 04 de março de 2015c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1598299-camara-avanca-com-proposta-que-diminui-indicacoes-de-dilma-ao-sft.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

FERREIRA, Flávio; LIMA, Daniela. Temer defende corte de gastos e diz que país não suporta mais tributos. Folha de São Paulo, 31 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675833-michel-temer-afirma-que-pais-nao-suporta-carga-tributaria-mais-elevada.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

FIRJAN e FIESP divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 06 de agosto de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html>>. Acesso em: 31/07/2022.

FREITAS, Tatiana. Skaf critica política econômica de Levy e sugere saída de ministro. Folha de São Paulo, 27 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674549-ou-levy-muda-a-politica-economica-ou-dilma-muda-o-ministro-diz-skaf.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

FRIEDLANDER, David. Fiesp e Firjan chamam governo Dilma de “hesitante, inativo e incapaz”. Folha de São Paulo, 10 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1680243-fiesp-e-firjan-chamam-governo-dilma-de-hesitante-inativo-e-incapaz.shtml>>. Acesso em: 01/08/2022.

HAUBERT, Mariana. “Sou oposição ao governo”, diz Eduardo Cunha após ser citado por delator. Folha de São Paulo, 17 de julho de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657020-eduardo-cunha-anuncia-que-agora-e-oposicao-ao-governo.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_. Impeachment não acontece por causa do PMDB, diz senador tucano. Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669942-impeachment-so-nao-acontece-por-causa-do-pmdb-diz-senador-tucano.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_. Governistas defendem Senado como “amortecedor” de “pauta-bomba”. Folha de São Paulo, 05 de agosto de 2015c. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665076-governistas-defendem-senado-como-amortecedor-de-pauta-bomba.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; SADI, Andréia. Oposição precisa “fazer seu trabalho” contra Dilma, diz líder de protestos. Folha de São Paulo, 31 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/214181-oposicao-precisa-fazer-seu-trabalho-contradilma-diz-lider-de-protestos.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; SEABRA, Cátia. Líderes do PMDB dizem que reforma apaziguará base aliada no Congresso. Folha de São Paulo, 02 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689399-lideres-do-pmdb-dizem-que-reforma-apaziguara-base-aliada-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.

Líderes de atos cobram mais firmeza da oposição. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215798-lideres-de-ato-cobram-mais-firmeza-da-oposicao.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

LIMA, Daniela. Tucanos apostam no desgaste de Dilma para voltar ao poder. Folha de São Paulo, 05 de julho de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1651815-tucanos-apostam-no-desgaste-de-dilma-para-voltar-ao-poder.shtml?cmpid=menupe>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_. Fala de Temer estimula grupo anti-Dilma. Folha de São Paulo, 06 de setembro de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/232038-fala-de-temer-estimula-grupo-anti-dilma.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

MARTELLO, Alexandre. “Brincadeira” da desoneração se mostrou “extremamente cara”, diz Levy. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/brincadeira-da-desoneracao-se-mostrou-extremamente-cara-diz-levy.html>>. Acesso em: 27/07/2022.

MASCARENHAS, Gabriel. Executiva do PMDB se reunirá para alavancar candidaturas no Congresso. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1574448-executiva-do-pmdb-se-reunira-para-alavancar-candidaturas-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 27/07/2022.

MEGALE, Bela; ROCHA, Graciliano. Delator na Lava Jato diz que pagou propina de US\$ 5 mi a Eduardo Cunha. Folha de São Paulo, 16 de julho de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1656614-delator-diz-que-cunha-pediu-propina-em-contrato-da-petrobras.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

MOTTA, Severino. Teori divulga lista com 50 investigados pela operação Lava Jato; confira. Folha de São Paulo, 06 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599447-teori-divulga-lista-com-54-investigados-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

NERY, Natuza. Por motivos diferentes, governo e PMDB reprovam declarações de Temer. Folha de São Paulo, 04 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1677742-por-motivos-diferentes-governo-e-pmdb-reprovam-declaracoes-de-temer.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; SADI, Andréia. PMDB acusa Planalto de interferir nas investigações. Folha de São Paulo, 08 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210988-pmdb-acusa-planalto-de-interferir-nas-investigacoes.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; SEABRA, Cátia. PSDB recua e diz que impeachment não é para agora. Folha de São Paulo, 21 de maio de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219962-psdb-recua-e-diz-que-impeachment-nao-e-para-agora.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

NOGUEIRA, Ítalo. Cunha diz que relação com governo será de harmonia com desconfiança. Folha de São Paulo, 09 de março de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600301-cunha-diz-que-relacao-com-governo-sera-de-harmonia-com-desconfianca.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

Pacote do PMDB ganha novas propostas. Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229303-pacote-do-pmdb-ganha-novas-propostas.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

PASSARINHO, Nathália. Apesar de ala dissidente, PMDB aprova apoio a Dilma em eleições. G1 – O Portal de Notícias da Globo, 10 de junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/06/apesar-de-ala-dissidente-pmdb-aprova-apoio-dilma-nas-eleicoes.html>>. Acesso em: 27/07/2022.

RICHTER, André. STF abre inquérito para investigar contas de Cunha na Suíça. Agência Brasil, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/stf-abre-inquerito-para-investigar-contas-de-cunha-na-suica>>. Acesso em: 02/08/2022.

SADI, Andréia. Citado na lista de Janot, Cunha diz que “governo quer sócio na lama”. Folha de São Paulo, 07 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599671-citado-na-lista-de-janot-cunha-diz-que-governo-quer-socio-na-lama.shtml?cmpid=menupe>>. Acesso em: 29/07/2022.

\_\_\_\_\_ ; SEABRA, Catia. PT ataca silêncio de Dilma na defesa de medidas econômicas. Folha de São Paulo, 06 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1586144-pt-ataca-silencio-de-dilma-na-defesa-de-medidas-economicas.shtml>>. Acesso em: 29/07/2022.

SEABRA, Catia. PT teme que operação da PF unifique PMDB contra governo. Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1719215-pt-teme-que-operacao-da-pf-unifique-pmdb-contr-governo.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

Uma ponte para o futuro. Fundação Ulysses Guimarães. Outubro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 04/08/2022.

URIBE, Gustavo. Lula se reúne com Temer e Sarney para discutir crise e Agenda Brasil. Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1667606-lula-se-reune-com-temer-e-sarney-para-discutir-crise-e-agenda-brasil.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_. Agenda para crise é “jogo de espuma sem conteúdo concreto”, diz Cunha. Folha de São Paulo, 12 de agosto de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1667754-para-cunha-agenda-para-crise-e-jogo-de-espuma-sem-conteudo-concreto.shtml>>. Acesso em: 31/07/2022.

\_\_\_\_\_. Temer define com Renan e Cunha votação de vetos em novembro. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2015c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693915-temer-define-com-renan-e-cunha-votacao-de-vetos-em-novembro.shtml>>. Acesso em: 02/08/2022.